

SEB, Fernando Gabeira, Demétrio Magnoli (quizenal), Miguel de Almeida (quizenal), Edu Lora (quizenal), Inaqui Santana (quizenal), Washington Olivetto (quizenal)  
 TER, Merval Pereira, Carlos Andreazza, QUA, Vera Magalhães, Elio Gaspari, Bernardo Mello Franco, Roberto DaMatta (quizenal), QUI, Merval Pereira, Malu Gaspar  
 SEX, Vera Magalhães, Flávia Oliveira, Pedro Dorra, Bernardo Mello Franco, SAB, Carlos Alberto Sardenberg, Eduardo Afonso, Pablo Ortellado, DOM, Merval Pereira, Dorrit Harazin, Bernardo Mello Franco

## DEMÉTRIO MAGNOLI

blogs.oglobo.globo.com/opiniao  
 editoria.artigos@oglobo.com.br



### Catastrofismo climático

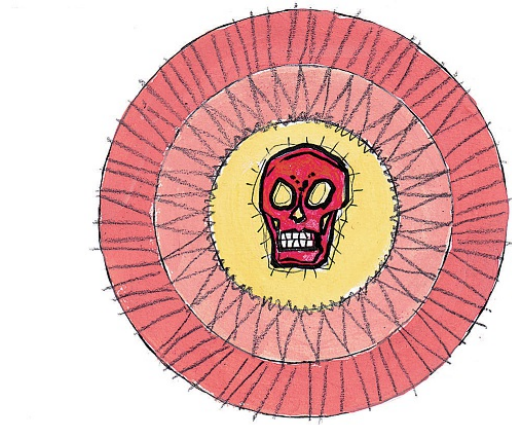
Quero que a sabotagem aconteça em escala muito maior que a atual. Não posso garantir que isso não provoque acidentes. A resposta do ativista climático sueco Andreas Malm a uma pergunta do New York Times sobre o risco de mortes em atos de sabotagem de movimentos ambientais não deve surpreender. Malm é autor de "How to blow up a pipeline" ("Como explodir um oleoduto") — livro que não ensina a destruir nada, mas defende a ideia de ataques contra a infraestrutura de empresas de petróleo e gás. É, quase, o manifesto do ecoterrorismo.

Vandalizar patrimônio não é matar pessoas. Contudo o raciocínio que sustenta a sabotagem serviria, também, para legitimar o passo seguinte. A lógica de fundo reside na soma de duas ideias: 1) a sobrevivência das sociedades encontra-se sob risco iminente, derivado das emissões de gases de efeito estufa; 2) os mecanismos democráticos e a diplomacia fracassaram diante do poder econômico que sustenta os padrões vigentes de produção de energia. Afinal, de que valem patrimônios e vidas se o que está em jogo é o futuro da humanidade?

Ano mais quente da História, 2023 ligou mais uma sirene de alarme. O aclamado climatologista James Hansen declara "mais morta que uma unha" a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Na comunidade científica, nem todos concordam. Friederike Otto, do Imperial College, retruca: —No momento, o 1,5°C está ao alcance, e é fingir o contrário apenas conduzirá a nada fazer por mais tempo ainda.

Politicamente, porém, Hansen e Otto compartilham a crença de que nada tem sido feito. Anualmente, realizam-se cúpulas climáticas, mas seus resultados retóricos empalidecem diante dos gráficos de emissões. A mais recente aconteceu nos Emirados Árabes, e a próxima será no Azerbaijão, países cujas economias apoiam-se no petróleo e no gás. Os ativistas ambientais perderam as esperanças no ritual diplomático das COPs, adquirindo o hábito de denunciá-las como pura encenação. O radicalismo de Malm, um ponto fora da curva, começa a deitar raízes em solo fértil.

Nada tem sido feito? A participação das fontes renováveis na geração global elétrica



saltou de 3% em 2008 para 15% em 2022. A produção energética renovável cresceu à média anual de 14% entre 2012 e 2022. União Europeia, Estados Unidos e China investem pesadamente na geração eólica e solar. A participação dos carros elétricos nas vendas totais saltou de 4% em 2020 para 14% em 2022. Inegavelmente há uma transição energética em curso. Contudo é lenta demais. As fontes renováveis só representam 7,5% do consumo mundial de energia.

Não só lenta. A transição verde é cara. Nos Estados Unidos e na Europa, parcela crescente dos eleitores volta-se contra as estratégias da transição, atendendo ao chamado de partidos da direita nacionalista. Forma-se, aos poucos, um abismo entre o senso de urgência da ciência climática e a disposição das sociedades em arcar com os custos da imensa tarefa de transformação.

A responsabilidade pelo impasse é dos governos, que apontam um fim sem indicar meios compatíveis com ele. O fato, expresso nas projeções estatísticas, é que a expan-

são da geração eólica e solar será insuficiente para substituir os combustíveis fósseis no horizonte e na escala necessários. Mais: as oscilações naturais inerentes a tais fontes exigem reservas de geração firme.

A resposta conhecida está em incorporar a fonte nuclear, que não emite gases de efeito estufa, ao mix da transição verde. Entretanto, apoiando-se na onda de medo deflagrada por Fukushima, os movimentos ambientais conseguiram interromper os investimentos em centrais nucleares nas democracias ocidentais. Desde 2012, a geração nuclear estagnou e, hoje, os investimentos em novas centrais concentram-se na China, na Rússia e na Índia.

Um fim impossível — é essa a proposição que se faz às sociedades. Dela decorrem duas reações simétricas. Numa ponta, uma sensação geral de impotência que fertiliza a resistência aos custos da transição. Na outra, a difusão entre os movimentos ambientais de um catastrofismo que nutre ideologias extremadas. Muito calor, pouca luz.

## ARTIGO

### O meio ambiente paga a conta

AURÉLIEN MAUDONNET



Enquanto líderes mundiais reunidos na COP28, em Dubai, aprovavam um termo conjunto na jornada para a transição energética "para longe dos combustíveis fósseis" até 2050, o Brasil seguia uma trilha da contradição, ao aprovar na Câmara dos Deputados uma espécie de "venda casada" do marco legal das eólicas offshore (PL 11.247/2018), possibilitando um novo regime para recontração de térmicas a carvão até 2050, sob a alegação de salvar 50 mil empregos na Bahia. O Projeto de Lei segue para tramitação no Senado Federal.

Dados do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) mostram que as térmicas a carvão pesam nas emissões de carbono da nossa matriz energética, considerada uma das mais limpas do mundo e que poderia ser exemplo mundial, não fossem retrocessos como esse PL. Segundo inventário de emissões atmosféricas em usinas termelétricas do Iema, as térmicas a carvão se destacaram nas emissões de gases de efeito estufa, na geração de energia elétrica no Brasil em 2022.

Durante a COP28, o Brasil já recebeu

críticas por anunciar a filiação à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+), que, por meio de carta do seu secretário-geral, engajava associadas a se posicionar contra o compromisso climático que prevê o fim do uso de combustíveis fósseis, advogando mera limitação, em prol do crescimento econômico e da erradicação da pobreza, sem explicitar a base do raciocínio. Nova coincidência infeliz, no dia da conclusão da COP28, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) anunciava o resultado do "leilão do fim do mundo", um megaleilão de exploração de

**Térmicas a carvão pesam nas emissões de carbono da nossa matriz energética, considerada uma das mais limpas do mundo**

petróleo e gás incluindo áreas de extração na Bacia do Rio Amazonas, impactando terras indígenas e unidades de conservação.

Mirando a Região Norte, vemos outro paradoxo. As atenções mundiais estarão voltadas para lá com a realização da COP30, em Belém (PA) no ano de 2025. É justamente na Floresta Amazônica — que integra o valioso bioma Amazônia — que boa parte das comunidades, afastadas de grandes centros, luta para superar a exclusão elétrica. Muitas ainda dependem de eletricidade proveniente de geradores movidos a com-

combustíveis fósseis — notadamente óleo diesel. Uma conta cara no aspecto ambiental que recai sobre todos os brasileiros, já que o uso desse combustível é rateado na Conta de Consumo de Combustível (CCC), que reúne recursos para bancar parte do gasto com a compra de combustível que abastece termelétricas na região.

O timing para a transição está dado, e os caminhos estão abertos a uma campanha maciça para substituir o uso de geradores a diesel por parques solares fotovoltaicos, usando uma fonte renovável abundante na natureza, minimizando os impactos das emissões de carbono. Alguns passos já foram dados com instrumentos de política pública do governo federal, como o relançamento do programa Luz para Todos, impulsionando a transição energética renovável na Amazônia Legal.

Mas, se as mudanças nos hábitos de consumo passam a ser "necessidade básica" para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, precisamos pensar em nossa contribuição individual também. Só assim conseguiremos pensar a transição energética de forma estratégica, superando contradições e abrindo um novo ciclo de prosperidade baseado em negócios sustentáveis.

Aurélien Maudonnet é presidente executivo da Heléxia Brasil



ARTIGO

### Dentistas presentes

JULIANO DO VALE



A possível autorização para cursos de ensino à distância (EAD) de graduação em odontologia, discutida no país desde 2022, levará a retrocessos na saúde bucal. É temerário que se autorize a formação de cirurgiões-dentistas sem que passem pela vivência clínica, fundamental para o exercício prático da profissão, sob pena de colocar em risco a saúde e o bem-estar dos pacientes.

Como órgão fiscalizador, responsável por ações de proteção da população na área, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) se posicionou contra a ideia desde o primeiro momento em que foi lançada pelo Ministério da Educação (MEC). A partir de então, juntaram-se à causa diversas outras entidades representativas da classe odontológica, também preocupadas com a má qualidade dos atendimentos a ser realizados por esses profissionais formados por meio de cursos à distância.

Habilidades práticas, como manipulação de instrumentos específicos, não podem ser dominadas sem supervisão de professores. O aprendizado presencial possibilita que os alunos recebam orientações imediatas, contribuindo para o aprimoramento de suas habilidades.

Além disso, a comunicação eficaz das necessidades dos pacientes não pode ser plenamente desenvolvida sem a exposição regular a situações clínicas reais. O ambiente presencial proporciona aos estudantes a oportunidade de lidar com

**É temerário que se autorize a graduação em odontologia em cursos de ensino à distância**

uma variedade de casos, preparando-os para os desafios emocionais e práticos que encontrarão.

Nos estudos para a autorização do EAD na odontologia, o MEC lançou uma consulta pública em novembro do ano passado. O resultado levou o ministro Camilo Santana a suspender por 90 dias os processos de autorização de cursos à distância de odontologia.

Embora bem-vinda, a suspensão não significa o encerramento do assunto, pois ainda está pendente pelo MEC a conclusão da proposta de regulamentação de oferta de diversos cursos de graduação EAD. O CFO se manterá vigilante enquanto essa possibilidade ainda for minimamente aventada.

O Conselho colocará o assunto em debate durante o 41º Congresso Internacional de Odontologia (Ciosp), que ocorrerá em São Paulo de 24 a 27 de janeiro. O evento é o maior da América Latina em infraestrutura e um dos maiores do mundo, tendo chegado a 100 mil visitantes em 2023. É, portanto, o ambiente ideal para que, mais uma vez, possamos reafirmar a posição contrária à implantação dos cursos de EAD.

As novas tecnologias podem ser exploradas para complementar a formação profissional, com simulações e recursos on-line, mas não para substituir a experiência presencial. A inovação deve buscar fortalecer os fundamentos que garantem profissionais preparados para os desafios do nosso país, além de manter a odontologia brasileira como a maior e melhor do mundo.

Juliano do Vale é presidente do Conselho Federal de Odontologia